



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2019- SJP
PREGÃO 02/2019

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 02/2019, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Fernandes Salvador, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SSP/PR, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **Baratão Pneus Eireli** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 25.115.613/0001-03, estabelecida na Rua Rotary, 692 - Santana - Guarapuava-PR neste ato representado por seu titular o Sr. Fabio Luiz Szychta, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.336.607-0 SSP/PR e CPF/MF nº 024.197.789-44, residente e domiciliado na Avenida Manoel Ribas, 4636, centro - Guarapuava - PR, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

CONSIDERANDO:

que a empresa vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições e valores;
que a Lei de Licitação, bem como o contrato acima citado, permitem a realização do presente termo aditivo;

Assim sendo, celebram o Município de São José das Palmeiras e a empresa Baratão Pneus Eireli o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DAS ALTERAÇÕES

A Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário – passa a ter a seguinte redação.

A Cláusula Quarta Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 28 de Maio de 2020, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	990	05.001.12.361.0004.2021	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	1000	05.001.12.361.0004.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	1190	05.001.12.361.0004.2024	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	2200	06.002.10.301.0007.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

2019	2210	06.002.10.301.0007.2044	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	2560	06.002.10.304.0007.2048	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	2810	07.001.15.452.0008.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	2830	07.001.15.452.0008.2056	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	2840	07.001.15.452.0008.2056	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	2980	07.002.26.782.0009.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	2990	07.002.26.782.0009.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	3000	07.002.26.782.0009.2057	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	3010	07.002.26.782.0009.2057	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	3250	08.002.20.606.0010.2064	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	3770	09.002.08.244.0012.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2019	3960	09.003.08.243.0012.2079	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

As demais cláusulas do contrato originário, datado de 22 de Fevereiro de 2019, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

São José das Palmeiras, 21 de Fevereiro de 2020.

Contratante

Município de São José das Palmeiras
Gilberto Fernandes Salvador
Prefeito Municipal

Contratada

Baratão Pneus Eireli
Fabio Luiz Szychta - Empresario
Cpf.: 024.197.789-44

25 115 613/0001-03

BARATÃO PNEUS EIRELI

AV. MANOEL RIBAS, 455
CONRADINHO

CEP 85055-010 GUARAPUAVA - PR



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

1º EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/2019- SJP
Pregão 02/2019

OBJETO: Do objeto: Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras – PR

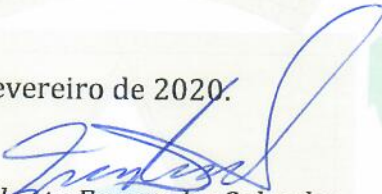
Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratado: Baratão Pneus Eireli

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 28 de Fevereiro de 2020, para 28 de maio de 2020.

São José das Palmeiras/PR, 21 de Fevereiro de 2020.


Gilberto Fernandes Salvador
Prefeito Municipal

pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. SIDNEY NAVARRO JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº. 2.006.495-1 e o CPF sob o nº. 362.608.519-87, residente e domiciliado nesta cidade de São Jerônimo da Serra/PR, e de outro lado **CONTRATADO: MANOEL JOAQUIM GOMES**, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº. 594.733-2; inscrito no CPF/MF sob número 116.479.579-15, residente e domiciliado nesta cidade de São Jerônimo da Serra - Paraná, dominadas **DISTRATANTES**, resolvem **RESCINDIR AMIGAVELMENTE** o Contrato de nº. 062/2019, que objetivou a **LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO MUSEU MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA**. De acordo com as especificações, valores e obrigações, com fulcro no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, por razões de conveniência da Administração, de modo que conferem, neste mesmo ato, ampla, geral e irrestrita quitação, nada mais havendo a reclamar em relação ao Contrato ora rescindido.

São Jerônimo da Serra, 25 de fevereiro de 2020.

Contratante
Município de S. J. da Serra
SIDNEY NAVARRO JÚNIOR
Prefeito Municipal

MANOEL JOAQUIM GOMES
Contratado

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:29033958

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 32/2020 - EXONERAÇÃO A PEDIDO

PORTARIA nº 32/2020

PEDRO SERGIO KRONEIS, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;

Considerando o pedido de exoneração protocolado nesta Prefeitura pela servidora Louise Maira da Silva;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR desta Prefeitura a pedido da própria Servidora, a Senhora LOUISE MAIRA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 484-1, a partir desta data de 27/02/2020.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 27 de Fevereiro de 2020; 60º ano da Emancipação Política do Município.

PEDRO SERGIO KRONEIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:D3D00CF7

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

ATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

(Processo administrativo nº 04/2020)

O Presidente da Câmara de Vereadores de São José da Boa Vista/Pr, considerando as informações e parecer contido no processo em epígrafe, HOMOLOGA a dispensa de licitação sob o nº 01/2020, com base no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no art. 37, inciso II da Lei Municipal nº 836/2015 em favor da empresa T.F. dos Santos Mendes - Produtos de Informática Ltda - ME, CNPJ.: 27.459.796/0001-00, cujo objeto consiste na aquisição de materiais de expediente no valor de R\$ 3.165,25 (três mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Determino ao setor competente que proceda a publicação da presente homologação, bem como prepare o instrumento de contrato caso seja necessário..

É a decisão. Publique-se. Cumpra-se.

São José da Boa Vista/PR, em 26 de fevereiro de 2020.

VALDEMIR THOMAZ DE AQUINO
Presidente

Publicado por:
Andrea de Lima Silva
Código Identificador:4C6C1519

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 046/2020 - DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO DE SERVIDOR

PORTARIA N.º 046/2020
DATA: 21 de fevereiro de 2020

SÚMULA: Dispõe sobre afastamento de servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com Lei Municipal n.º 590/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o afastamento do servidor abaixo mencionado das suas funções, conforme discrimina:

MATRICULA	NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
60351	Luiz Carlos Neves	Licença para tratamento de saúde	21.02.2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 21 de fevereiro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Reginaldo Vieira
Código Identificador:928A4087

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
011/2019 - SJP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
011/2019- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Objeto: **Aquisição de pneus novos para atender a frota do Município de São José das Palmeiras -Pr.**
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras
Contratada: **Baratão Pneus Eireli**

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 28 de Fevereiro de 2020, para 28 de maio de 2020.

São José das Palmeiras/PR, 21 de Fevereiro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR

Prefeito Municipal

Publicado por:

Reginaldo Vieira

Código Identificador:824399B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
ATO Nº ME - 05/2020.

DATA : 26 de fevereiro de 2020.

EMENTA: Autoriza abertura de Processo Administrativo de Licitação Nº 002/2020, de Dispensa de Licitação Nº 002/2020, para celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Regulagem de Equipamento Sonoro do Plenário da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, com vigência de Março de 2020 a 31 de Dezembro de 2020.

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º - Autoriza a abertura de Processo Administrativo de Licitação Nº 002/2020, de Dispensa de Licitação Nº 002/2020, para celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Regulagem de Equipamento Sonoro do Plenário da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, com vigência de Março de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 26 de fevereiro de 2020.

FERNANDO LUIZ FRISSE

Presidente Da Câmara Municipal

RODRIGO CRISTIAN ZAMPIERI	JOVINO BATISTA DE PÁDUA
Primeiro Vice-Presidente	Segundo Vice-Presidente
FRANCISCO COELHO PRATES	RENATO BRAVO
Primeiro Secretário	Segundo Secretário

Publicado por:

Laurise Maria Passarini Kajiyama

Código Identificador:7C853BEB

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 014, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

DECRETO Nº 014, de 26 de fevereiro de 2020.

Dispõe a respeito das condutas vedadas aos agentes públicos, na esfera da Administração Pública direta e indireta do Município de São Pedro do Iguaçu, relativamente ao período eleitoral do ano de 2020.

Considerando disposto na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e na Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições).

Considerando a Resolução nº 23.610 do Tribunal Superior Eleitoral que dispõe a respeito de condutas ilícitas em campanha eleitoral. Considerando a Resolução nº 23.606 do Tribunal Superior Eleitoral que apresenta o Calendário Eleitoral.

Considerando as Eleições Municipais de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal, em específico o contido no Artigo 55, inciso VII.

DECRETA:

Art. 1º O presente decreto não exclui o dever dos agentes públicos conhecerem a legislação eleitoral pertinente.

Art. 2º Salvo as permissões previstas em Lei, os servidores da Administração Direta e Indireta do Município de São Pedro do Iguaçu são proibidos de:

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração municipal;

II – ceder servidor público municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado e, por vontade própria assim o quiser;

III – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pelo poder público;

IV – distribuir, quando estiver no exercício do cargo público ou da função pública, “santinhos”, flâmulas, bandeiras, broches, bonês ou qualquer outro material de propaganda político-partidária;

V – no presente ano, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos municipais ou entidades da administração indireta, bem como seu respectivo pagamento, sem prévio parecer da Procuradoria-Geral do Município;

VI – no presente ano, contratar, à conta de recursos públicos, shows artísticos para apresentações em solenidades ou eventos de lançamentos ou inaugurações de obras, salvo no dia do aniversário da cidade e nas festas tradicionais do Município;

VII – usar camisetas e bonês de propaganda eleitoral nas repartições públicas, durante o horário de expediente normal;

VIII – fixar cartazes, faixas, adesivos e outras formas de propaganda eleitoral, em qualquer imóvel, equipamento, veículos ou bens pertencentes ao patrimônio do Município;

IX – transportar eleitores ou fazer uso de veículos da administração municipal a serviço de candidatos;

X – usar telefone, correspondência (internet, postal, entrega pessoal), custeados com recursos públicos, a favor de candidatos, partidos políticos ou coligação;

XI – valer-se de sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido;

XII – utilizar serviço público municipal para beneficiar candidatos, partido político ou coligação;

XIII – nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, a partir de 03 de julho de 2020 até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o dia 04 de julho de 2020;

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

§1º. Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos